



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

27/06/2008

MPF divulga balanço de reunião sobre avanço do mar

Ocorreu ontem (26/06), na sede da Procuradoria da República em Pernambuco, reunião com representantes do município de Jaboatão dos Guararapes e de instituições que integram o Projeto de Monitoramento Integrado da Erosão Costeira nos Municípios do Recife, Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes (MAI). Na ocasião, tiveram continuidade as discussões levantadas no encontro ocorrido semana passada, que também teve como objetivo tratar da situação emergencial na orla da Região Metropolitana do Recife, especialmente em Jaboatão dos Guararapes, a mais atingida pela erosão costeira, considerando a proximidade ao período em que ocorre o fenômeno das ressacas mais fortes, nos meses de julho e agosto.

Atendendo à convocação do Ministério Público Federal, compareceram representantes da Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco (Codecipe) e da Secretaria de Infra-Estrutura de Jaboatão dos Guararapes, com a presença do secretário Wellington Leonardo Sales de Araújo, do coordenador-geral Valdemar Matias de Medeiros e da diretora-geral da Comissão Municipal de Defesa Civil (Comdec), Rejane Lucena.

Após os debates, ficou acertado que os órgãos de Defesa Civil prepararão plano de contingência para o período das ressacas, em parceria com a Secretaria de Infra-Estrutura de Jaboatão dos Guararapes. O plano deve contemplar, entre outras medidas, a comunicação de risco para a prevenção de danos, especialmente os que possam atingir as pessoas, e a execução de medidas concretas de proteção, de caráter provisório, em pontos classificados como de alto risco, segundo os critérios reconhecidos pelo Sistema Nacional de Defesa Civil. A Secretaria de Infra-Estrutura de Jaboatão deverá, então, arcar com eventuais custos de execução das medidas indicadas pela Defesa Civil, a exemplo da colocação pontual de sacos de areia, em casos de alto risco.

Também ficou definido que a Codecipe e a Comdec irão se reunir na próxima semana para definir o plano de contingência, que será apresentado ao MPF no dia 8 de julho. Após a definição do plano, os órgãos irão convocar a população local para esclarecer as medidas que serão adotadas, também comunicando à CPRH, GRPU e aos integrantes do MAI.

A Secretaria de Infra-Estrutura deverá comunicar ao MPF, até a próxima segunda-feira (30/06), se terá condições de custear a operação do ondógrafo indicado pela UFPE, equipamento que poderá qualificar os dados produzidos com a finalidade de construção de cenários, complementando as informações do monitoramento meteorológico e de previsões de tempo e clima.

Na ocasião, o procurador da República Marcos Costa ressaltou que as medidas acertadas durante o encontro dizem respeito, especificamente, à atuação do ponto de vista de defesa civil. Dessa forma, o MPF manterá contato com a CPRH e GRPU para obter informações sobre a análise de três projetos de intervenções emergenciais, apresentados pelo município de Jaboatão dos Guararapes, que aguardam o licenciamento ambiental. O procurador da República também frisa que as medidas concretas e provisórias de proteção, nos meses de julho e agosto, serão executadas em pontos de alto risco, indicados pelos órgãos das Defesa Civil, estadual e municipal, ressaltando a importância de ser definida, com antecedência, estratégia de defesa civil. Hoje, as associações de moradores receberão do MPF informações sobre esses entedimentos.

Entenda o MAI – O Projeto de Monitoramento Ambiental Integrado da Erosão Costeira nos

Contatos: Flávia Pierangeli/ Marcelo Benevides - (81) 2125-7348/ 7300 - ascom@prpe.mpf.gov.br
Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1800, Espinheiro - 52021-170 - Recife (PE) - www.prpe.mpf.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Municípios do Recife, Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes, patrocinado com recursos oriundos do Ministério da Ciência e Tecnologia, envolve esses quatro Municípios, além da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Ag. CONDEPE-FIDEM) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Participam do projeto, ainda, a GRPU e o MPF, que atua como órgão de mediação. O Projeto MAI teve como um de seus antecedentes a atuação do MPF na temática do avanço do mar. Antes do projeto, as ações de contenção restringiam-se a obras pontuais, como a construção de espigões e quebra-mares, que não resolviam definitivamente o problema. Desde 2001, o MPF, com o apoio da CPRH, GRPU e IBAMA, acompanha a questão.

Em janeiro de 2005, em reunião no MPF que contou com a participação de representantes de diferentes órgãos públicos, ficou consignada a necessidade de implementação pelos órgãos públicos de estratégia integrada de contenção da erosão costeira, o que levou à elaboração do Projeto MAI. A iniciativa tem como objetivo produzir informações científicas que permitam aos gestores públicos terem condições mínimas de definir medidas de controle e contenção da erosão costeira no litoral dos Municípios acima citados. Aguarda-se, para o final deste ano, a divulgação dos resultados da pesquisa científica em desenvolvimento pela UFPE. Encontra-se em estudo uma nova fase do projeto, a fim de consolidar Pernambuco com um centro de referência na gestão da erosão costeira.